

Artigos – Gestão do Turismo**Proposta de metodologia para a regionalização do turismo:
aplicação no Rio Grande do Norte/Brasil****Proposal for a methodology for the regionalization of tourism: application in
Rio Grande do Norte/Brazil****Propuesta de metodología para la regionalización del turismo: aplicación en
Rio Grande do Norte/Brazil****Hugo Aureliano da Costa¹**¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.**Palabras chave:**Metodología de regionalización;
Regionalização;
Região turística;
Forma-conteúdo.**Keywords:**Regionalization methodology;
Regionalization;
Tourist region;
Form-content.**Palabras-clave:**Metodología de regionalización;
Regionalización;
Región turística;
Forma-contenido.Revisado em pares.
Recebido em: 21/10/2024.
Aprovado em: 09/03/2025.
Editor:
Glauber Eduardo de Oliveira Santos.**Resumo**

Este trabalho objetiva desenvolver uma metodologia de regionalização para o turismo, baseada na coerência funcional manifestada pela atividade turística, utilizando como critérios a integração e a interação espacial entre lugares turísticos. Pretende-se contribuir para o debate sobre a regionalização do turismo, a partir de uma perspectiva geográfica, mediante a proposição de elementos para a delimitação da regionalização do turismo, como: presença de turistas, infraestrutura turística, trabalhadores, vias de circulação, atrativos principais e secundários, e passeios turísticos. A metodologia desenvolvida foi aplicada no Rio Grande do Norte, identificando 41 municípios turísticos e os organizando em 7 regiões turísticas. Essa regionalização, fundamentada na forma-conteúdo dessa atividade, pretende oferecer uma delimitação mais equânime em relação à espacialidade da atividade turística, mesmo reconhecendo alguns limites. A proposta metodológica de regionalização não é um modelo fechado, mas sim adaptável às diferentes realidades e alinhada às dinâmicas geográficas e sociais dos territórios.

Abstract

This study aims to develop a methodology for tourism regionalization based on the functional coherence manifested by tourism activity, using integration and spatial interaction between tourist sites as criteria. The objective is to contribute to the debate on tourism regionalization from a geographical perspective by proposing elements that define tourism regionalization: the presence of tourists, tourism infrastructure, workers, circulation routes, main and secondary attractions, and tourist activities. The methodology was applied in Rio Grande do Norte, identifying 41 tourist municipalities organized into 7 tourist regions. This regionalization, grounded in the form-content of this activity, seeks to provide a more equitable delimitation regarding the spatiality of tourism activity, while acknowledging certain limitations. The methodological proposal for regionalization is not a closed model but rather adaptable to different realities and aligned with the geographic and social dynamics of the territories.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo desarrollar una metodología de regionalización para el turismo, basada en la coherencia funcional manifestada por la actividad turística, utilizando como criterios la integración y la interacción espacial entre los lugares turísticos. Se pretende contribuir al debate sobre la regionalización del turismo desde una perspectiva geográfica, mediante la proposición de elementos que delimitan una regionalización turística: presencia de turistas, infraestructura turística, trabajadores, vías de circulación, atracciones principales y secundarias, y actividades turísticas. La metodología se aplicó en Rio Grande do Norte, identificando 41 municipios turísticos organizados en 7 regiones turísticas. Esta regionalización, fundamentada en la forma-contenido de esta actividad, busca ofrecer una delimitación más equitativa en relación con la espacialidad de la actividad turística, reconociendo a la vez algunas limitaciones. La propuesta metodológica de regionalización no es un modelo cerrado, sino adaptable a diferentes realidades y alineada con las dinámicas geográficas y sociales de los territorios.



Como Citar: Costa, H. A. (2025). Proposta de metodologia para a regionalização do turismo: aplicação no Rio Grande do Norte/Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 19, e-3054, 2025. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v19.3054>

1 INTRODUÇÃO

A região é um conceito geográfico relevante nos debates acerca dos fenômenos socioespaciais. Por isso, o uso da categoria região é extremamente importante para diversos Estados territoriais, pois permite a intervenção estatal mais eficaz em distintas localidades. A região, enquanto produto da regionalização, tornou-se central no mundo e continua a manter sua relevância. Segundo Ribeiro (2015), a região é indissociável da regionalização, uma vez que a região é um fato da realidade e a regionalização é uma ferramenta instituída pelo governo ou por um pesquisador com o intuito de apreender e classificar regiões.

Apesar de os pesquisadores acadêmicos poderem regionalizar qualquer fenômeno espacial, quem o faz normalmente é o Estado (Lencioni, 2003). Delimitar e instituir regiões facilita a gestão e o planejamento regional. Como pontua Haesbaert (2010, p. 95), a região apresenta “um sentido mais normativo ou ‘pragmático-político’” e é “instrumento de ação e/ou intervenção do real, ou seja, de alguma forma vinculada a mecanismos de planejamento e ação”.

Logo, a indissociabilidade entre região e regionalização é imperativa para o planejamento regional. Paasi (2020, p. 7 e 8) confirma esse entendimento e afirma que “a regionalização, como uma prática para distinguir regiões dividindo ou integrando espaços, é continuamente importante tanto no planejamento regional quanto na governança da espacialidade da vida social”. As regiões apresentam a integração de diferentes fenômenos mediante uma forma espacial e, por isso, vinculam-se ao planejamento estatal. O Estado, ao observar a estrutura territorial de variados fenômenos, entende que o ente regional é o melhor para otimizar o planejamento e a gestão das atividades econômicas (Haesbaert, 2010). Por essa razão, a regionalização se torna indispensável para um planejamento otimizado, haja vista que as regiões, por consequência, são objetos de intervenção por parte dos governos.

No Brasil, por exemplo, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) tem nos entes regionais a principal área para planejamento e gestão do turismo. Para Costa (2024), a regionalização oficial brasileira apresenta inconsistências em virtude dos critérios orientadores elaborados pelo Ministério do Turismo (MTur) para o processo de delimitação das regiões turísticas, gerando regiões disformes em relação ao que existe efetivamente. A regionalização oficial brasileira se baseia em 2 critérios para delimitar as regiões turísticas: identidade e proximidade. Esses critérios denotam variadas fragilidades, tendo em vista que não correspondem aos principais elementos atuais delimitadores de uma região, pois se referem a uma concepção desatualizada do fenômeno regional.

Em decorrência desse fator, este trabalho tem como objetivo desenvolver uma metodologia de regionalização para o turismo a partir da coerência funcional manifestada pela atividade turística. Em seguida, aplicou-se a metodologia no estado do Rio Grande do Norte, localizado no Nordeste brasileiro, a partir dos preceitos estabelecidos, definindo uma nova regionalização para o estado potiguar, com o intuito de tornar mais equânimes as formas espaciais das regiões turísticas em relação à espacialidade da atividade turística.

O debate regional, segundo Milton Santos (2003), pode ser compreendido a partir de duas noções centrais: norma e forma. Para o autor, a discussão sobre esses conceitos é fundamental para definir a eficiência e até mesmo a existência do debate regional. Conforme M. Santos (2003, p. 61), “a norma é o catálogo de autorização para fazer ou de proibição de fazer”, enquanto “a forma é o que vai decidir o âmbito de uma ação”. A norma, para o turismo, corresponde aos limites regionais estabelecidos oficialmente, e a forma diz respeito ao modo como as ações e os objetos geográficos vão se circunscrever espacialmente. Assim, a forma se relaciona com a territorialização dos objetos e das ações da atividade turística. Com relação à norma, essa se vincula aos elementos do planejamento e da gestão. Logo, uma regionalização é eficaz se as regiões (turísticas) correspondem à maneira como a atividade turística se estabelece territorialmente, isto é, se a forma é equânime à norma. Por isso, o foco deste trabalho é desenvolver e aplicar uma metodologia que aproxime os limites regionais com a forma-conteúdo do turismo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

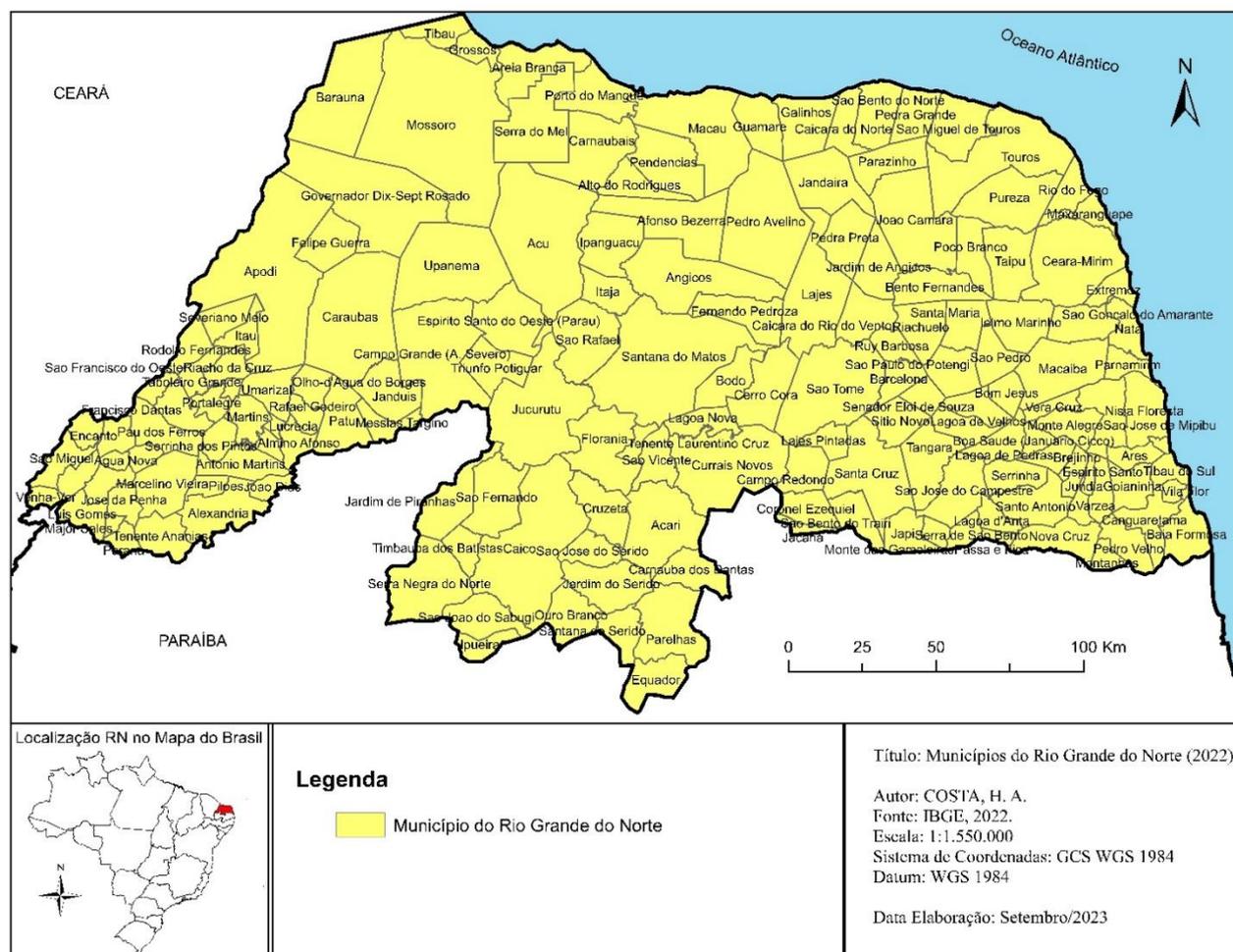
O presente trabalho se trata de uma pesquisa teórico-metodológica pautada em uma ampla bibliografia, cuja finalidade é propor uma metodologia para a regionalização do turismo. Com base em autores que debatem o fenômeno

regional, como Paasi (2020), M. Santos (2003; 2012a; 2012b) e J. C. Santos (2012; 2013), assim como na discussão de região turística, fundamentada em autores como Piriou (2019), Jones (2022) e Costa (2024), estabelece-se uma discussão teórica vinculada à compreensão atual das regiões turísticas, procurando-se basear no caráter funcional dos elementos integrantes das regiões turísticas atuais. Somando-se a essa discussão, propõe-se, mediante análise do fenômeno turístico, a identificação de elementos delimitadores do processo de regionalização, atentando-se aos princípios/critérios estabelecidos por Fonseca (2005), Haesbaert (2010) e Cruz (2018), como integração e interação espacial.

No espaço geográfico, os fixos e os fluxos se metamorfoseiam nos diferentes lugares, segunda prerrogativa de M. Santos (2011). Dessa forma, as principais categorias de análises desta pesquisa são os fixos e os fluxos. É a partir da compreensão da interconexão desses elementos espaciais que se entende como o turismo se manifesta espacialmente, articulando lugares de forma seletiva e desigual. Assim, observa-se a integração e interação espacial de elementos do turismo (fluxos de turistas, atividades características do turismo, trabalhadores, vias de circulação, passeios e atrativos turísticos) para delimitar as regiões do turismo.

Inicialmente, realiza-se uma análise sobre os fundamentos e concepções teóricas que fundamentam a proposta e, em seguida, discutem-se os procedimentos para identificar a região turística e quais os melhores indicadores a serem utilizados. Posteriormente, aplica-se a proposta metodológica no Estado do Rio Grande do Norte (Figura 1), um dos estados turisticamente mais relevantes do Nordeste do Brasil.

Figura 1 - Municípios do Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: o autor (2024).

Com relação aos dados utilizados para empirizar a proposta no Estado potiguar, o trabalho contou com um contingente de informações. Para apreensão dos fluxos turísticos, duas fontes foram consultadas: 1º os passeios de guias de turismo foram mapeados a partir das informações disponibilizadas pelo CADASTUR (Brasil, 2022); 2º em

2022, foram entrevistadas 139 agências de turismo no Rio Grande do Norte com o intuito de identificar os passeios ofertados no território potiguar.

A fim de se obter dados sobre os fixos turísticos, isto é, as Atividades Características do Turismo e o airbnb, consultou-se dados publicizados pelo CADASTUR, Sistema de Inteligência Turística do RN (SÍRIO) e airdna. Essas informações correspondem aos fixos geográficos da pesquisa. Com relação aos empregos turísticos, recorreu-se a principal fonte existente no Brasil, ou seja, o RAIS/CAGED e ao próprio CADASTUR.

Para a formatação da proposta metodológica, foi realizado um trabalho de campo, que consistiu na visita de dezesseis municípios potiguares – para identificar os atrativos e a segmentação turística. Esses municípios correspondem aos locais para onde os passeios de turismo no Rio Grande do Norte são mais ofertados e, por isso, foram visitados. Tais informações ainda foram complementadas por meio dos dados do Mapa do Turismo de 2024 (Brasil, 2024), disponibilizados pelos municípios nos relatórios oficiais, direcionados ao MTur, que informam quais são os atrativos turísticos presentes nessas localidades.

3 PROPOSTA DA METODOLOGIA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Uma regionalização será coerente se apreender a ordem espacial do fenômeno analisado (Ribeiro, 2015). Como aponta M. Santos (2012a), o espaço geográfico é composto por um sistema de objetos e um sistema de ações. Com isso, todas as atividades têm objetos e ações que se vinculam a um determinado fim – correspondendo à sua forma-conteúdo. Segundo Gomes (2009, p. 09), “há um arranjo físico das coisas, pessoas e fenômenos que é orientado seguindo um plano de dispersão sobre o espaço”. Portanto, os objetos e as ações se distribuem espacialmente e se relacionam. Sendo assim, “se a composição espacial colabora de forma essencial nos fenômenos, a análise das posições, das implicações relacionais delas no sistema locacional constitui uma dimensão fundamental para a compreensão dos fenômenos” (Gomes, 2009, p. 11).

É por essa razão que os lugares e suas posições são fundamentais na análise espacial. “Justamente por isso, uma análise espacial é necessária e rica, uma vez que mostra a dependência da produção de sentido relativamente ao universo posicional dentro do qual os objetos, as pessoas e os fenômenos se inscrevem” (Gomes, 2013, p. 37).

As regiões, por conseguinte, correspondem aos objetos e as ações que se relacionam de forma articulada (Haesbaert, 2010). Segundo esse autor, há diferentes tipos de regiões e as regiões sob a ótica econômica são delimitadas por intermédio da conexão espacial dos elementos do espaço geográfico. O fenômeno regional, vinculado à perspectiva econômica, está associado a integração entre os lugares por meio dos fluxos e dos fixos. Por isso, segundo Costa (2024), as regiões (turísticas) se baseiam na coerência funcional e na interligação dos/entre os lugares.

Ora, se o fenômeno regional é comum às distintas atividades econômicas, no turismo as regiões turísticas, em particular, assumem grande importância. De acordo com Sánchez (1991), o turismo é uma atividade que se delimita de forma regional, pois os turistas geralmente se deslocam regionalmente dos espaços centrais em direção aos espaços complementares, estabelecendo fluxos no território e, por consequência, gerando as regiões turísticas. Infere-se, com isso, que o sistema posicional dos lugares e a sua combinação são determinantes para a constituição das regiões turísticas.

Para a instituição das regiões turísticas, deve-se considerar onde estão os objetos, as pessoas e quais os deslocamentos a atividade turística estabelece no espaço geográfico. Assim sendo, a diferenciação espacial e a integração entre os lugares se tornam elementos fundamentais para a compreensão atividade turística e de suas regiões. Como menciona Fonseca (2005, p. 36, grifos nossos), “ao mesmo tempo que o espaço se diferencia, ele se integra e se articula, isto é, sua diferenciação implica sua integração e interação”.

J. C. Santos (2013, p. 170), por sua vez, afirma que “a viabilidade de uma região turística depende cada vez mais da capacidade de criar e organizar conjuntos de lugares com atrativos integrados”. É por isso que o fenômeno regional se complexifica, pois as regiões existem mediante a integração e interação espacial. Decoville et. al (2010, p. 4, tradução nossa, grifos nossos) asseveram que “essas relações complexas entre interações e convergência sugerem que a integração espacial pode ser vista como um processo de convergência entre territórios distintos, resultante da intensificação das interações entre atores sociais, políticos e econômicos”.

Lencioni (2017, p. 256, grifos nossos) trata da relação entre integração espacial e regiões afirmando que “para que uma dada área se constitua como uma região, é indispensável haver uma unidade interna, uma coesão”. Behrens e Thisse (2007), de forma semelhante, comentam a respeito da ligação entre as regiões e as interações

espaciais, observando sua relevância na economia regional. Para esses autores, “a interação espacial refere-se a uma ampla gama de fluxos sujeitos a vários tipos de ‘forças’ espaciais, como bens comercializados, migrações, movimentos de capital, subsídios inter-regionais, remessas e a transmissão inter-regional de conhecimento e efeitos do ciclo de negócios” (Behrens e Thisse, 2007, p. 460, grifos nossos). Destarte, os fluxos são imprescindíveis para a compreensão da interação espacial e no turismo isso se amplifica, tendo em vista os movimentos que essa atividade circunscreve no espaço. Mas não basta ter o fluxo, é necessário que esses fluxos criem uma unidade, isto é, estejam integrados para demonstrar a coesão entre os variados fluxos e fluxos nas regiões turísticas.

A partir de tais autores, é possível afirmar que a integração e interação espacial do fenômeno turístico correspondem aos critérios basilares do processo de formulação das regiões, isto é, devem ser parâmetros delimitadores da regionalização (do turismo).

O Ministério do Turismo do Brasil, em contrapartida, compreende a região turística com base nas ideias de proximidade e identidade (Brasil, 2019). Apesar da importância desses critérios, entende-se que eles limitam o entendimento acerca das regiões turísticas. A integração e a interação espacial, pelo contrário, delineiam outra perspectiva a respeito do fenômeno regional e, por consequência, da regionalização turística, afinal “os fluxos, os movimentos, as ligações (linkages) entre as partes, bem como as complementaridades entre partes e funções, que são pela mediação de diversas dinâmicas e processos e que se desenvolvem no interior de uma região, são elementos constitutivos da integração” (Lencioni, 2017, p. 156).

Segundo J. C. Santos (2013), pode-se definir as regiões turísticas como um conjunto de lugares turísticos articulados espacialmente. Costa (2024) afirma que a região turística é definida pela coerência funcional entre os lugares turísticos que se integram espacialmente. “A região tem fluxos e fluxos, conectados funcionalmente, que, por intermédio das redes, articulam-se de maneira regional” (Costa, 2024, p. 103). Essa definição é fundamental para o entendimento da prática turística. Em síntese, a região turística é uma rede de lugares turísticos articulados.

J. C. Santos (2013) apresenta limitações ao explicar que elementos compõem as regiões. Para esse autor, os componentes das regiões turísticas são: presença de turistas; vias de circulação; atrações principais; sujeitos sensibilizados; e locais sem atrativos, mas com potencial. Apesar de sua importante contribuição, a explicação e identificação referente aos componentes (partes geográficas) das regiões turísticas precisa ser aperfeiçoada. Compreende-se que há outros elementos que integram as regiões do turismo.

O primeiro ponto destacado pelo autor é a presença de turistas. Uma especificidade do turismo é que, nessa atividade, o produto não se desloca, quem se desloca é o consumidor. Este se direciona aos produtos e, com isso, serviços são criados para atendê-lo. Por isso, onde o turista está ou vai é um lugar turístico. Logo, a presença de turistas se torna fundamental para delimitar as regiões, uma vez que a atividade é estruturada com serviços para atender os turistas/consumidores. O segundo elemento na regionalização proposta por J. C. Santos (2013) diz respeito às vias de circulação para os turistas se deslocarem, que constitui o cerne da prática turística (o movimento). A maior parte dos turistas se desloca apenas se houver um arranjo físico-espacial que permita o seu deslocamento (estradas, portos e aeroportos). O terceiro elemento destacado são as atrações principais, que têm grande poder de atrair os visitantes, pois são elas quem criam parte do interesse para que os turistas se desloquem às localidades. Segundo Piriou (2019), os locais com função de passagem e as paisagens de interesse turístico (atrativos) compõem a estrutura da atividade turística.

Desse modo, os turistas, as vias de circulação e os atrativos turísticos são elementos essenciais na identificação das regiões turísticas, conforme apontado por J. C. Santos (2013). No entanto, além de tais componentes, destacados por esse autor, há outros que devem ser considerados: infraestrutura turística; passeios, rotas e roteiros turísticos; e trabalhadores.

De acordo com M. Santos (2012b), um dos elementos do espaço geográfico é a infraestrutura. Para esse autor, todas as atividades econômicas existem graças às infraestruturas existentes. No caso do turismo, a infraestrutura corresponde às Atividades Características do Turismo (ACTs). Como apontam Ribeiro et. al (2021, p. 554), as ACTs são compostas pelo “Alojamento; Alimentação; Transporte terrestre; Transporte aéreo; Transporte aquaviário; Aluguel de transporte; Agência de viagem; e Cultura e lazer”. Desse modo, a infraestrutura turística equivale aos serviços vinculados a essa atividade. Logo, as hospedagens, os serviços de alimentação e de bebida, bem como os deslocamentos/transportes são a base da infraestrutura turística. Sendo assim, o turismo apenas ocorrerá se houver infraestrutura para atender os turistas. É por isso que os turistas e a infraestrutura são imprescindíveis para a delimitação das regiões turísticas.

Outro importante elemento na identificação da região turística é a presença de trabalhadores. Segundo M. Santos (2012b), os homens também se configuram como um elemento do espaço geográfico e correspondem, dessa forma, aos trabalhadores, pois suas ações, diretas e/ou indiretas, modificam o espaço geográfico. Sendo assim, para que haja o turismo, são necessárias ações que permitam a estrutura socioespacial dessa atividade e as firmas (empresas), destarte, necessitam dos trabalhadores para que o turismo possa se estruturar espacialmente, pois são eles que executam os distintos serviços.

Os turistas normalmente utilizam passeios, rotas e roteiros para visitar os atrativos principais e secundários a partir de sua estada. Como demonstra Piriou (2019, p. 6, tradução nossa), os passeios correspondem a “uma dimensão geográfica essencial explicar a prática de determinados lugares geográficos através das viagens, nomeadamente através das mobilidades turísticas”. Ou seja, a mobilidade turística estrutura o turismo. Com o intuito de atender deslocamentos, o capital oferta passeios para os deslocamentos dos turistas e, com isso, a atividade se estrutura para atender aos turistas. Portanto, todos os locais onde os turistas estão ou vão podem ser considerados turísticos, e é o capital quem determina as localidades para as quais os turistas se deslocam (Cruz, 2018).

Os passeios turísticos (rotas e roteiros) são essenciais para a mobilidade turística, pois conectam regionalmente os distintos lugares turísticos a partir do deslocamento de turistas (da estada para os atrativos ou de um atrativo para outro). Sendo assim, esses passeios realizados para os turistas, que são possibilitados em decorrência das vias de circulação, tornam-se representativos no espaço geográfico e compõem as regiões turísticas. Destarte, passeios, vias de circulação e atrativos turísticos/locais de visitação também integram as regiões de turismo.

Portanto, ao observar a estrutura regional da atividade turística, sugere-se que os elementos que devem delimitar uma região do turismo são: Presença de turistas; Infraestrutura turística (Atividades Características do Turismo); Trabalhadores; Vias de circulação; Passeios turísticos; e Atrativos principais e secundários (locais de visitação) – conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Elementos da regionalização do turismo

1-	O turista: o primeiro passo para delimitar uma região turística é procurar observar onde se encontra a presença de turistas, pois o turismo exige que haja visitantes nas localidades para que a atividade turística possa se estabelecer espacialmente a partir dos lugares turísticos. Após a identificação de fluxos e presença de turistas, o segundo passo se refere às Atividades Características do Turismo.
2-	As Atividades Características do Turismo: são a infraestrutura turística, isto é, objetos geográficos relacionados com a atividade turística (Meios de Hospedagem, Agências de Turismo, Operadores Turísticos, Transportadoras Turísticas, Atividades de Recreação e Lazer etc.). Esses elementos são fixos no espaço geográfico e são criados para comportar a atividade turística. Portanto, têm um papel importantíssimo no território. Com isso, deve-se identificar nos municípios a espacialização dos fixos que possibilitam a realização da atividade turística.
3-	Os trabalhadores: especialmente os guias de turismo e os trabalhadores diretos, também se constituem em outro elemento fundamental para compreender como o turismo se inscreve no espaço geográfico, em razão de lidar de forma direta com os turistas. Por isso, deve-se apreendê-los para se delimitar as regiões turísticas.
4-	Os meios de acessibilidade/vias de circulação: a existência das vias possibilita a visitação dos atrativos e é outro dado relevante, tendo em vista que a prática turística decorre da articulação entre os lugares turísticos e essa articulação é fomentada pelas redes geográficas. A materialidade das redes deve ser caracterizada para, junto aos objetos geográficos, perceber como a infraestrutura (materialidade) turística existe no território e possibilita/condiciona ou limita o próprio fluxo espacial nas distintas regiões do turismo
5-	Os passeios turísticos: junto aos turistas, esse elemento é um dos mais importantes para a delimitação da estrutura regional do turismo a partir dos receptivos, isto é, os deslocamentos dos turistas nas destinações em direção aos atrativos principais e secundários (locais de visitação). Os passeios são fundamentais na delimitação das regiões turísticas, pois conectam os lugares turísticos através dos deslocamentos (mobilidade) dos turistas, revelando as localidades visitadas e as conexões espaciais presentes no território.
6-	Os atrativos turísticos: outro elemento constituinte da região turística e que é imprescindível corresponde aos atrativos turísticos principais e secundários (locais de visitação), os quais, de forma direta ou indireta, integram-se com os destinos turísticos. Como os turistas se deslocam para esses locais, eles são importantes na delimitação das regiões do turismo, afinal representam o motivo pelo qual o turista se desloca e também evidenciam a interescalaridade do fenômeno turístico. Assim, as regiões turísticas se arquetetam mediante os distintos atrativos com o intuito de receber turistas e os locais de visitação, por consequência, tornam-se indispensáveis na delimitação da regionalização do turismo.

Fonte: adaptado de Costa (2024).

Os elementos do Quadro 1 permitem uma estruturação/delimitação das distintas regiões turísticas. Ao levar em consideração esses elementos, deve-se observar a coerência funcional entre os lugares turísticos articulados através dos passeios para conceber regiões turísticas (norma) que correspondam à territorialização (forma) da atividade.

A partir da coleta dessas informações, pode-se apreender a coerência funcional entre os lugares turísticos que hospedam turistas e os locais que esses turistas visitam (através dos passeios, infraestrutura e redes geográficas). Isso irá evidenciar que o fluxo turístico não se direciona para todos os municípios de um estado e que os passeios dessa atividade permitem a integração e interação espacial entre variados lugares turísticos.

A ordem espacial a partir da integração e interação espacial entre os elementos do turismo corresponde a uma regionalização turística mais adequada e compatível com a realidade. Portanto, é a coerência funcional entre os lugares turísticos o aspecto definidor/delimitador da regionalização do turismo, e essa articulação regional ocorre em virtude dos passeios dos turistas.

Segundo Haesbaert (2010, p. 09), regionalizar é “uma ação ligada também ao sentido de orientar (-se)”. Perceber quais são e como os fluxos existem é essencial por isso. O princípio utilizado para a regionalização é o da “coesão funcional entre os elementos” (Haesbaert, 2010, p. 134). Os elementos que devem ser privilegiados na regionalização são os fluxos de turistas (passeios e deslocamentos) e os fixos, percebendo as relações de organização/coesão (os nós, os pontos e as redes) no espaço geográfico, isto é, os locais com infraestrutura turística, as centralidades de fluxos, os locais de visitação, bem como o movimento espacial entre os lugares turísticos mediante os passeios/fluxos de turistas.

É por isso que, ao observar onde estão as coisas e quais os deslocamentos dos turistas, pode-se verificar a ordem espacial e a trama locacional do turismo. Esse movimento de fixos e de fluxos é quem delimita a regionalização. Dessa maneira, a forma-conteúdo regional deverá ser apreendida com base nesses parâmetros – interação e integração espacial. O Quadro 2 sintetiza a proposta da metodologia de regionalização do turismo apresentada por este trabalho.

Quadro 2 - Síntese da proposta de metodologia de regionalização turística

Estrutura	Aspectos/Exemplificação
Conceito	Região turística como uma rede de lugares turísticos articulados.
Elementos das regiões turísticas	Presença de Turistas, Infraestrutura Turística, Trabalhadores do Turismo, Passeios Turísticos, Meios de Acessibilidade e Atrativos Turísticos principais & secundários.
Critérios para a regionalização	Integração e interação espacial mediante a articulação da mobilidade turística.
Propriedades básicas da estrutura espacial	Nós, redes, fixos e fluxos.
Princípio regional	Coesão Funcional (da atividade turística).
Fenômenos privilegiados	Ações em redes e regiões reticulares/funcionais.

Fonte: adaptado de Costa (2024).

Os critérios estabelecidos neste estudo (quadro 2) demonstram que há possibilidade de haver uma regionalização baseada no caráter geográfico do turismo. O mapeamento dessas novas regiões ocorrerá mediante a observação dos fixos e dos fluxos turísticos. Segundo Cruz (2018), os fluxos delineiam o caráter regional do turismo. É graças a isso que na nova regionalização serão incluídas áreas com buracos e/ou distantes, caso os municípios apresentem integração e interação espacial. Será proposta uma regionalização turística do Estado do Rio Grande do Norte com base nos preceitos elencados nos quadros 1 e 2.

4 A EMPIRICIZAÇÃO DA PROPOSTA: A REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

As fontes dos dados para elaboração de regionalização do turismo no Rio Grande do Norte são variadas. Os dados fornecidos por organismos e instituições federais e estaduais serão utilizados, bem como visitas ao campo, com observações in loco, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Fontes e Variáveis

Fontes	Variáveis
SÍRIO/RN	Dados de Fluxo/Hospedagem de Turistas.
CADASTUR, RAIS/CAGED e Airbnb/Airdna	Meios de Hospedagem; Agências de Turismo; Transportadoras Turísticas; Prestadores de Serviços Turísticos; Locadoras de Veículos; Empreendimentos de Entretenimento; Locação e Estadas.
IBGE	Dados Demográficos, Sociais e Vias de Acesso (Meios de Acessibilidade).
RAIS/CAGED e CADASTUR	Empregos Relacionados à Atividade Turística e Meios de Hospedagem.
Receita Federal	Impostos Arrecadados a partir da atividade turística.
Entrevistas, Ministério do Turismo, SEBRAE/RN, SETUR/RN e FECOMÉRCIO/RN	Passeios oferecidos nos destinos turísticos pelos receptivos (agências de viagens e guias de turismo); Atrativos Turísticos; Locais de Visitação; Fluxos Turísticos; Roteiros ofertados por empresas.
Visitas a campo. Ministério do Turismo. Entrevistas.	Atrativos Turísticos.

Fonte: adaptado de Costa (2024).

O regional, assim, corresponde às articulações geradas entre “as cidades turísticas centrais em direção aos locais de visitação, além das rotas/roteiros turísticos existentes entre os municípios. Apreendendo o movimento/mobilidade no território entre os municípios turísticos, pode-se perceber a existência da coerência funcional entre os lugares turísticos e delimitar as regiões turísticas” (Costa, 2024, p. 124 e 125).

Por isso, ao mapear a mobilidade turística, as redes geográficas e os fixos do turismo, tem-se uma percepção da organização espacial do turismo, haja vista que municípios integrados e articulados correspondem às regiões do turismo. “Contiguidade e região homogênea aparecem quase como sinônimos nos projetos do Ministério do Turismo” (J. C. Santos, 2013, p. 69). A proximidade não será considerada per se nessa nova regionalização. Pelo contrário, será privilegiada a coesão funcional entre os elementos (quadro 1) da atividade turística.

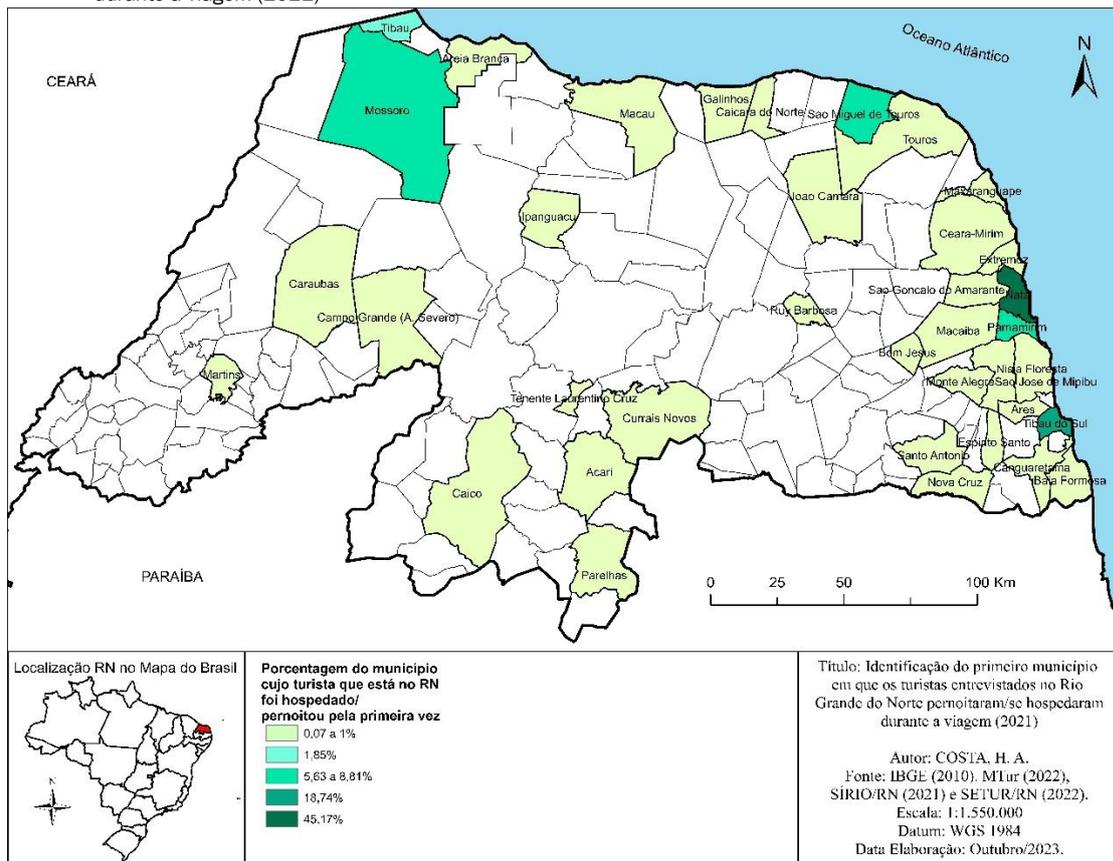
Conforme exposto anteriormente, a proposta de regionalização se baseia na identificação dos seguintes elementos: presença de turistas; infraestrutura turística (atividades características do turismo); vias de circulação; passeios turísticos; atrativos principais e secundários (locais de visitação); e trabalhadores, conforme apresentado no Quadro 1. Os tópicos posteriores apresentarão como esses elementos se apresentam no estado potiguar.

4.1 Os turistas

O primeiro passo para compreender a forma-conteúdo do turismo é perceber onde os turistas se hospedam. O lugar da estada é fundamental, pois é a partir da hospedagem que os turistas se deslocam, e é nesse lugar onde são oferecidos serviços que possibilitam fluxos no território.

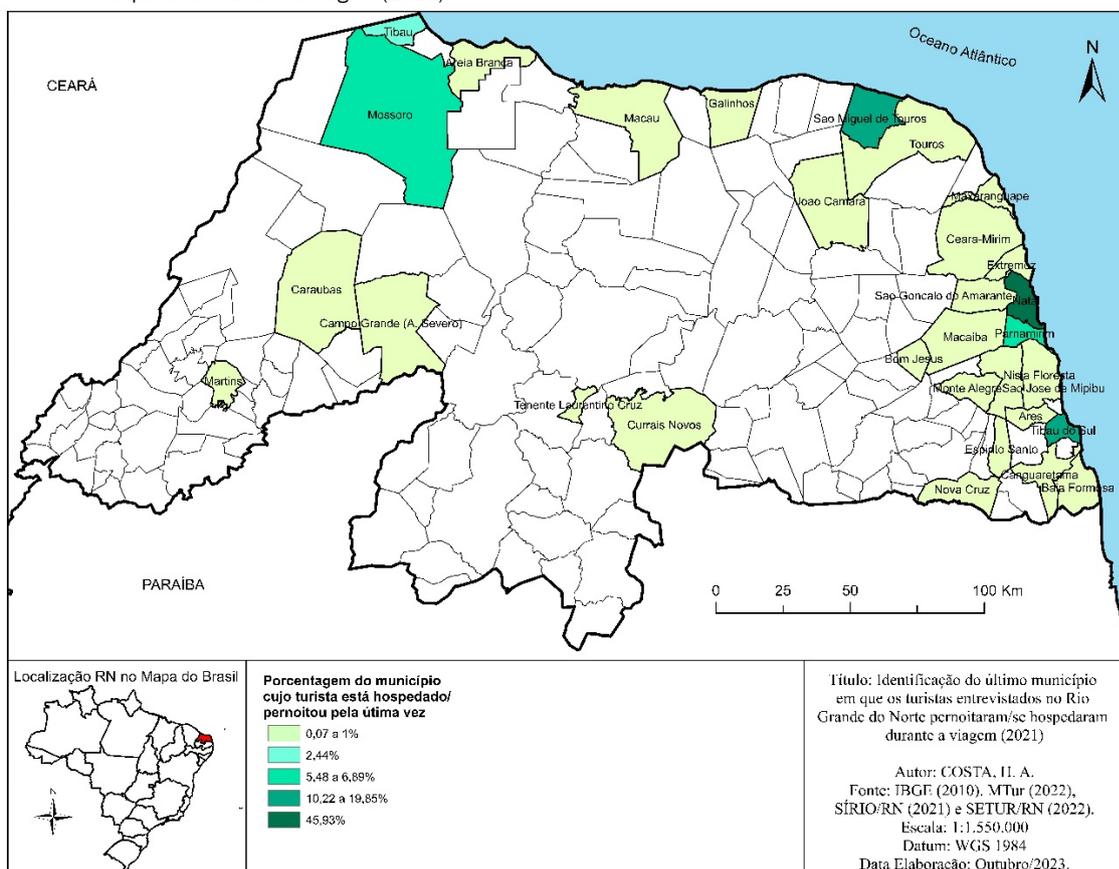
Embora o Rio Grande do Norte tenha uma grande quantidade de visitas a variados municípios, os turistas se hospedam em poucos deles, conforme demonstram os dados do SIRIO (2021) (Figuras 2 e 3). Isso possivelmente é explicado pelo fato de esses municípios concentrarem os meios de hospedagem (Figuras 4 e 5). Os turistas que se hospedam nessas áreas se deslocam, por intermédio dos passeios disponibilizados pelas agências, para os demais atrativos turísticos no/do estado potiguar, segundo pesquisa realizada por Costa (2024). Assim, os municípios de Natal, Tibau do Sul, São Miguel do Gostoso e Mossoró são as localidades onde os turistas mais se hospedam, apesar de outros municípios no estado potiguar também oferecer estadas a esses visitantes.

Figura 2 - Identificação do primeiro município em que os turistas entrevistados no Rio Grande do Norte pernitoaram/se hospedaram durante a viagem (2021)



Fonte: o autor (2024).

Figura 3 - Identificação do último município em que os turistas entrevistados no Rio Grande do Norte pernitoaram/se hospedaram durante a viagem (2021)



Fonte: o autor (2024).

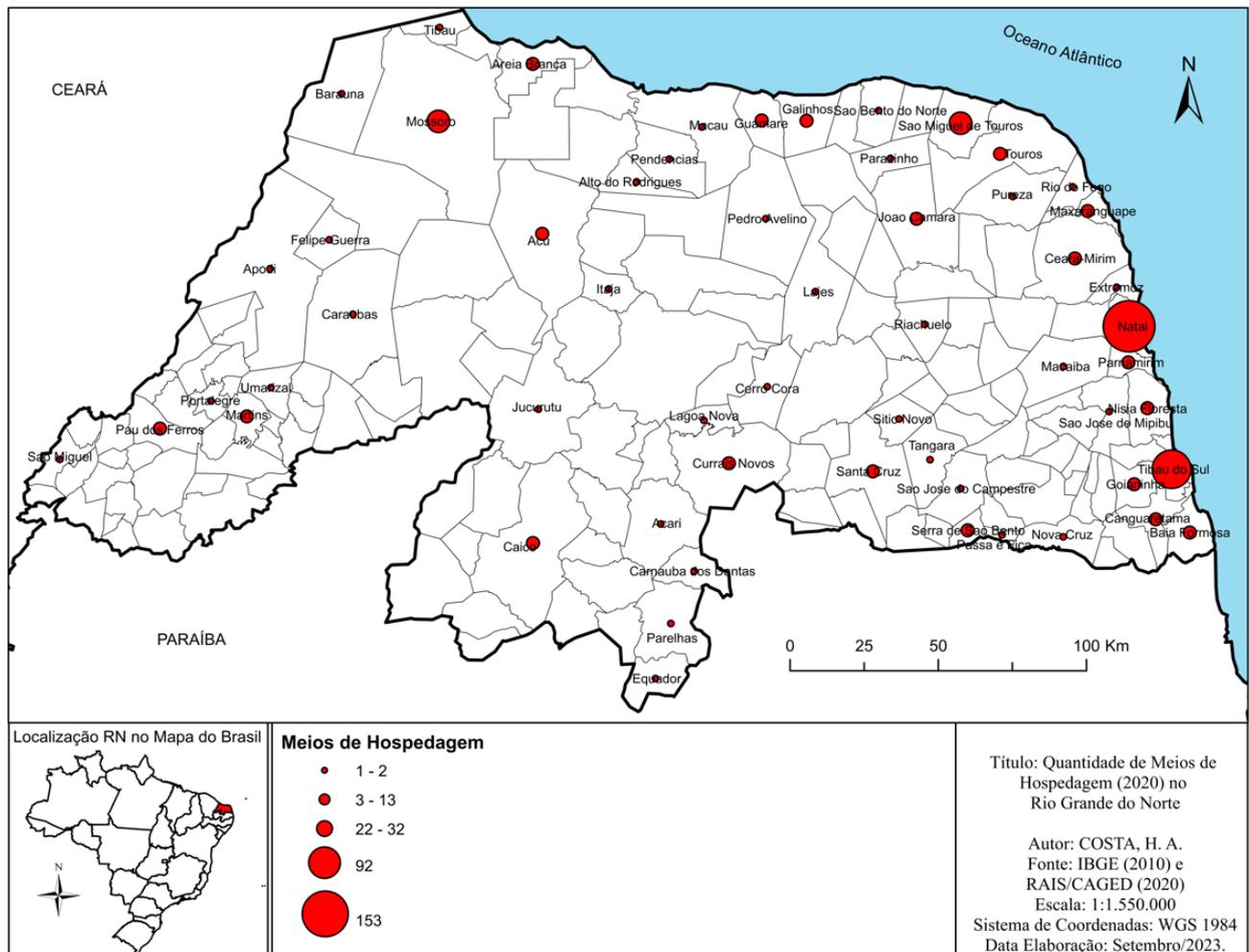
4.2 As Atividades Características do Turismo

Com relação às ACTs, corresponde a uma variável muito importante, mas que deve ser ponderada. A concentração espacial de fixos como hospedagens não necessariamente equivale à presença de turistas naquela localidade. Equipamentos turísticos contribuem para a existência do turismo, entretanto apenas sua presença não significa que aquele local é turístico, pois polos econômicos também podem ter concentração de serviços. O lugar será turístico caso haja turistas.

Dito isso, observa-se, inicialmente, dados das Figuras 4 e 5 acerca da capacidade de hospedagem dos municípios do RN. Essas informações correspondem aos Meios de Hospedagem tradicionais (hotéis, pousadas, apart-hotel) e airbnb, respectivamente. A Figura 4 demonstra que Natal, Tibau do Sul, São Miguel do Gostoso e Parnamirim são os municípios que concentram as estadas tradicionais – corroborando com os pernoites dos turistas das Figuras 2 e 3. Alguns municípios como Pau dos Ferros, Caicó, Currais Novos, Serra de São Bento e Galinhos apresentam quantitativo relevante de hospedagens tradicionais.

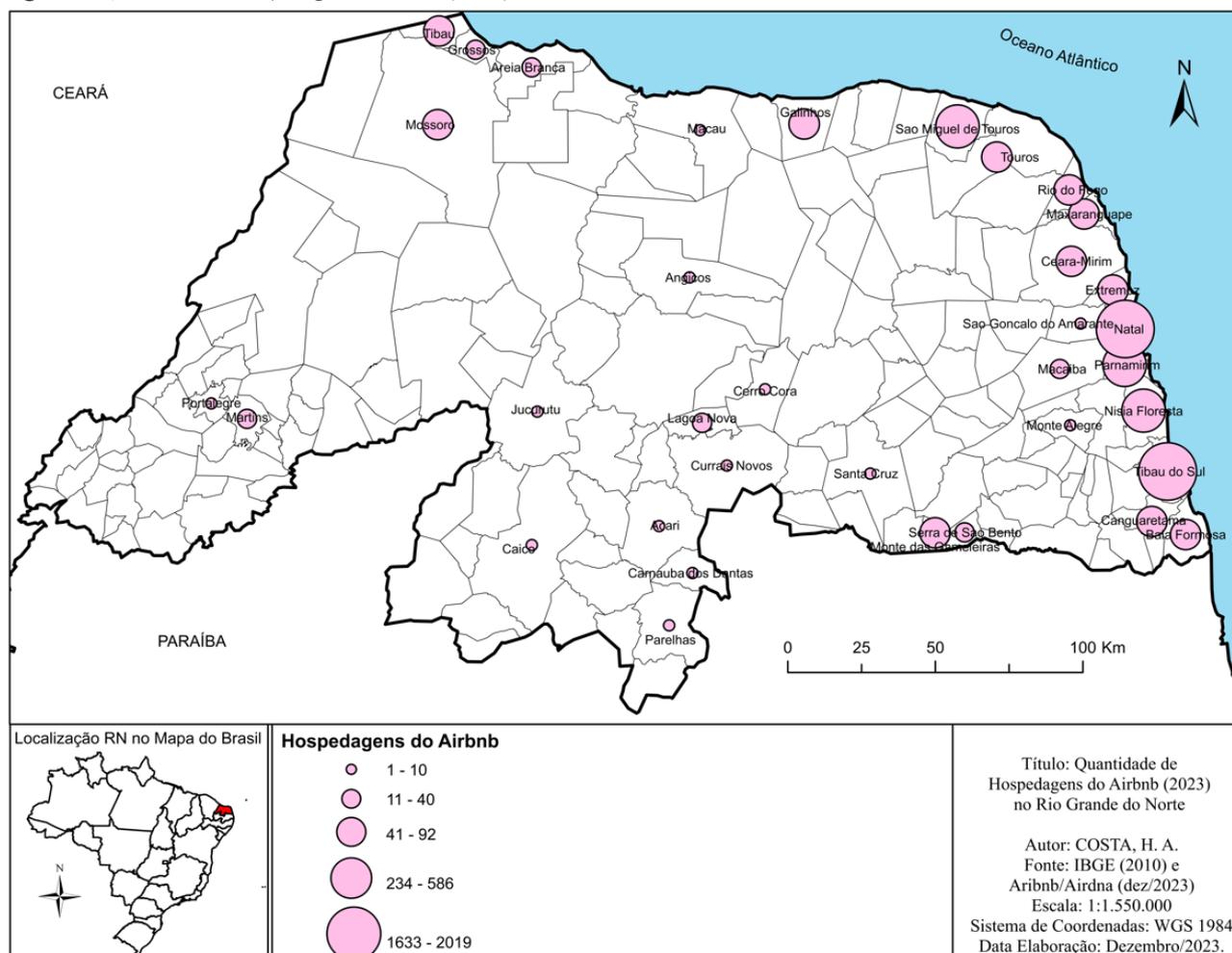
Com relação ao airbnb (Figura 5), a concentração espacial se assemelha, em partes, à Figura 4, porém com algumas diferenças. No litoral Leste, em Galinhos e nos municípios adjacentes à Mossoró, visualiza-se uma concentração de ofertas. Municípios como Martins, Monte das Gameleiras, Serra de São Bento e Lagoa Nova, em contrapartida, têm presença relevante desse tipo de hospedagem (municípios interioranos). Portanto, o RN tem relevância no quantitativo de estadas – sejam os meios de hospedagem tradicionais ou os mais flexíveis, como o airbnb.

Figura 4 – Quantidade de Meios de Hospedagem (2020) no Rio Grande do Norte



Fonte: o autor (2024).

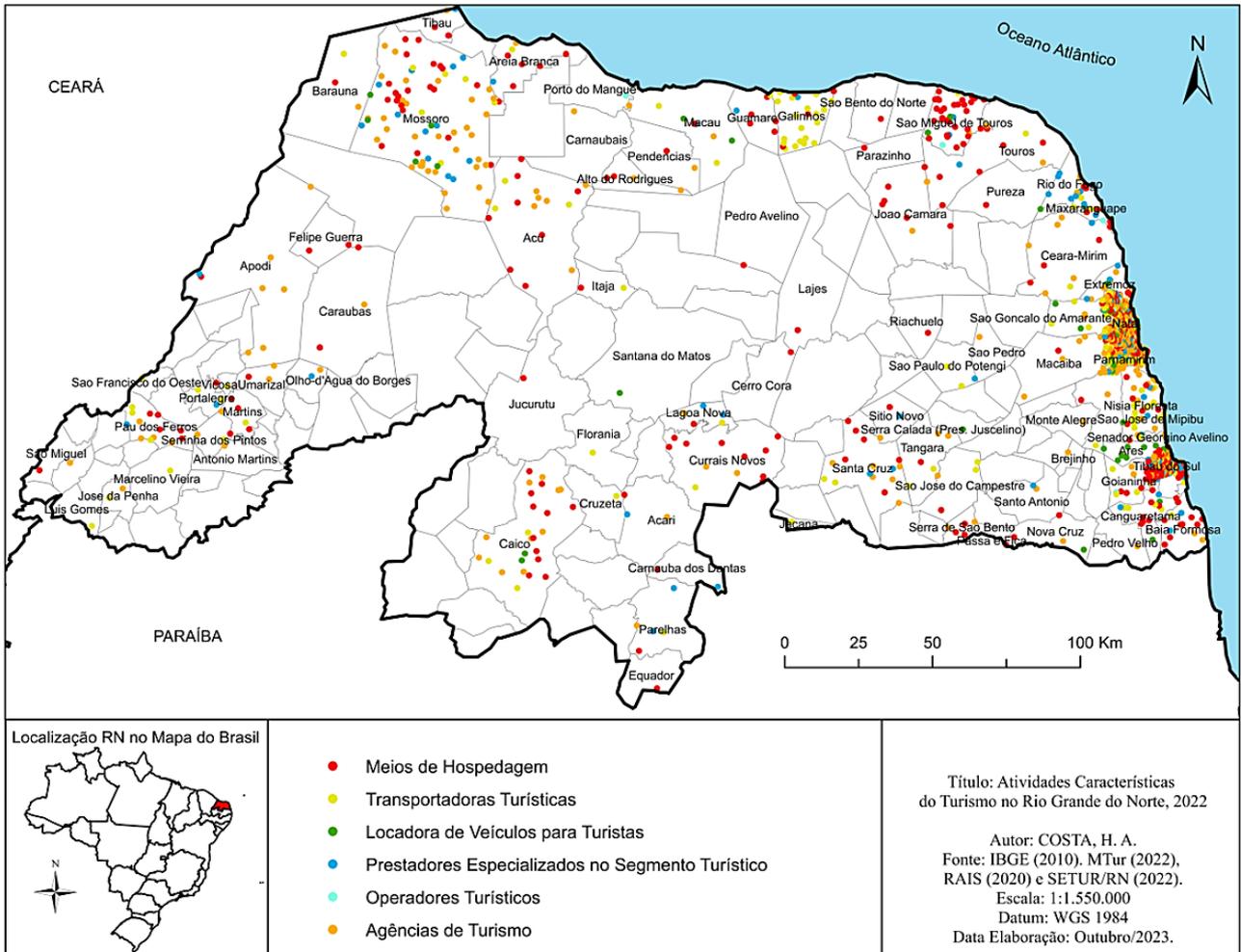
Figura 5 – Quantidade de Hospedagens do Airbnb (2023) no Rio Grande do Norte



Fonte: o autor (2024).

Além disso, outro ponto importante diz respeito à concentração total das Atividades Características do Turismo. Ao observar a Figura 6, nota-se que os meios de hospedagem tradicionais, agências de turismo, transportadoras, locadoras de veículos, prestadores e operadores turísticos se distribuem seletivamente no Rio Grande do Norte, concentrando-se em algumas poucas localidades. Natal, Tibau do Sul, São Miguel do Gostoso e Mossoró são os municípios com maior concentração espacial desses fixos. Apesar da concentração, também se verifica muitos “buracos”, isto é, áreas sem esses objetos. Portanto, as ACTs se distribuem de forma desigual e seletiva no estado potiguar.

Figura 6 – Atividades Características do Turismo no Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: o autor (2024).

4.3 Os trabalhadores

Outro elemento que contribui para a percepção regional do turismo são os trabalhadores. Não há atividade econômica sem os trabalhadores. Porém, em virtude da dificuldade de quantificar trabalhadores indiretos do turismo, utilizou-se nessa pesquisa informações acerca dos trabalhadores diretos do turismo. A fim de observar onde há a maior concentração de guias de turismo (trabalhadores essenciais para os passeios e para a prática do turismo), verifica-se na Figura 7 a distribuição espacial desses profissionais. Os guias de turismo se concentram no litoral Leste, especialmente na região metropolitana de Natal, em Mossoró e adjacências, Currais Novos, Lajes e Santa Cruz. Visualiza-se, ainda, que os guias se localizam em muitos municípios do estado potiguar, embora grande parte do Rio Grande do Norte não comporte esses trabalhadores. Outra informação utilizada a respeito dos trabalhadores diz respeito aos empregados nos Meios de Hospedagem do Rio Grande do Norte (Figura 8). Esse Mapa demonstra que, assim como a Figura 4, há uma seletividade no quantitativo de trabalhadores no estado potiguar, concentrando-se, especialmente, no litoral, com algumas localidades interioranas tendo empregados nos Meios de Hospedagem.

4.4 Os meios de acessibilidade/vias de circulação

As vias de circulação, segundo Monbeig (1957), são condicionantes ou limitantes para a existência da forma de uma região. De acordo com esse autor, a circulação é indispensável para as conexões regionais. Portanto, os meios de acessibilidade são centrais na forma regional das atividades econômicas, como o turismo.

Conforme Costa (2024), o entendimento da forma-conteúdo regional do turismo diz respeito às diferentes características das rodovias no estado potiguar, pois

no caso das vias federais, a qualidade contribui para a mobilidade; ao se perceber as vias estaduais, essas são dificultadores para a integração/interação espacial regional do turismo. (...) No Rio Grande do Norte as condições de tráfego variam, com dificuldades para quem utiliza as vias estaduais e, também por isso, há diferenças de graus de articulação regional do turismo dentro do território potiguar. Os municípios que utilizam RNs sofrem com a ausência mínima de qualidade, e as cidades do litoral oriental, correspondente ao Polo Costa das Dunas, angariam fluxos e conseguem se conectar com maior facilidade graças também às vias de qualidade (BR-101) (Costa, 2024, p. 189).

O interior do Rio Grande do Norte é cortado majoritariamente por vias estaduais de péssima qualidade (Figura 9), ao passo que o litoral, em especial o oriental, tem rodovias federais de ótima qualidade (Figura 10). Isso contribui para que haja diferentes graus de conexões espaciais no território potiguar.

Figura 9 - Condições de Tráfego da RN-269 (acesso para Passa e Fica), em 2024



Fonte: Costa (2024).

Figura 10 - Condições de Tráfego da BR-101 Litoral Norte (Ceará-Mirim para Maxaranguape), em 2023



Fonte: Costa (2024).

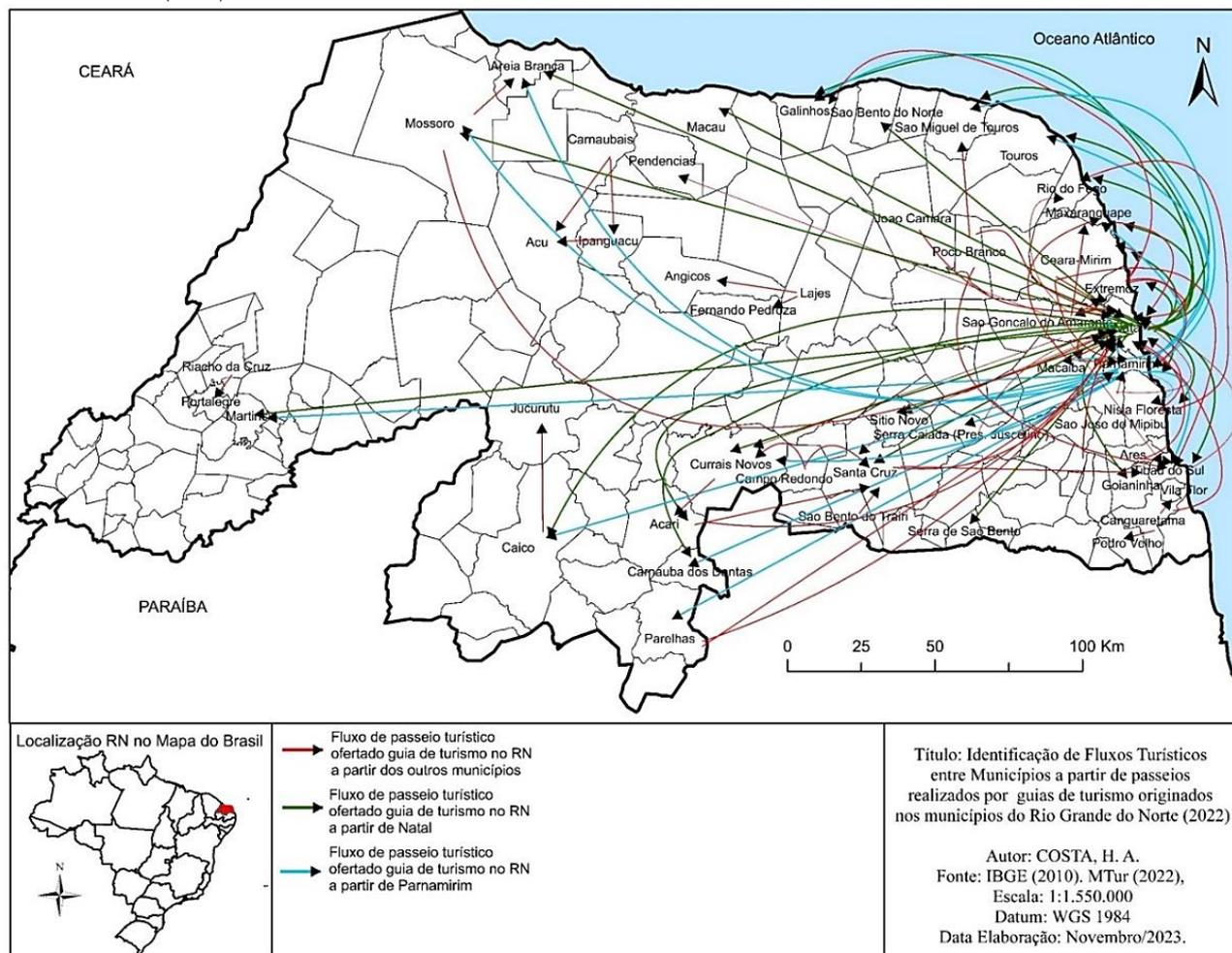
Com isso, pode-se inferir que as próprias rodovias permitem/dificultam as conexões espaciais, facilitando a integração no litoral e restringindo que lugares turísticos no interior se articulem – e, até por isso, as regiões interiores são menores e existem com maior dificuldade.

4.5 Os passeios turísticos

Após verificar onde há presença de turistas, é necessário apreender os deslocamentos dos turistas e os serviços (fixos) ofertados a esses consumidores. Os guias de turismo, os passeios disponibilizados pelas agências de turismo e os deslocamentos autônomos correspondem aos fluxos dos turistas no território. Porém, para fins de análise e em virtude da questão operacional da pesquisa, obteve-se dados apenas dos passeios disponibilizados pelos guias de turismo e pelas agências de turismo.

A partir de informações dos passeios realizados por guias de turismo no estado potiguar, observa-se estruturas regionais dos passeios turísticos. Os guias ofertam passeios intermunicipais (Figura 11) e a principal área clara de deslocamento é conexão espacial fortuita no/entre o litoral leste. O município de Galinhos, por exemplo, mesmo localizando-se distante do trecho oriental, denota grande conexão com o leste potiguar. Observa-se passeios no centro do Rio Grande do Norte entre municípios como Parelhas, Currais Novos, Acari e Carnaúba dos Dantas. Além disso, Santa Cruz, Serra Caiada e Sítio Novo também recebem passeios. Martins e Portalegre, por sua vez, são dois municípios no Oeste Potiguar com fluxo e Serra de São Bento também aparece com relevância turística.

Figura 11 - Identificação de Fluxos Turísticos entre municípios a partir de passeios realizados por guias de turismo no Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: o autor (2024).

A Figura 12, por sua vez, demonstra os fluxos turísticos realizados pelos passeios ofertados pelas agências de turismo. Nesse caso, ficam-se claras algumas informações acerca da mobilidade turística no estado potiguar. Entre Mossoró à Porto do Mangue e conectando-se com Macau há fixos e fluxos do turismo integrados. Galinhos, por sua vez, novamente se conecta através de passeios com o leste potiguar, exemplificando que essa área, apesar de se ter um buraco entre Galinhos e São Miguel do Gostoso, corresponde a uma única região turística.

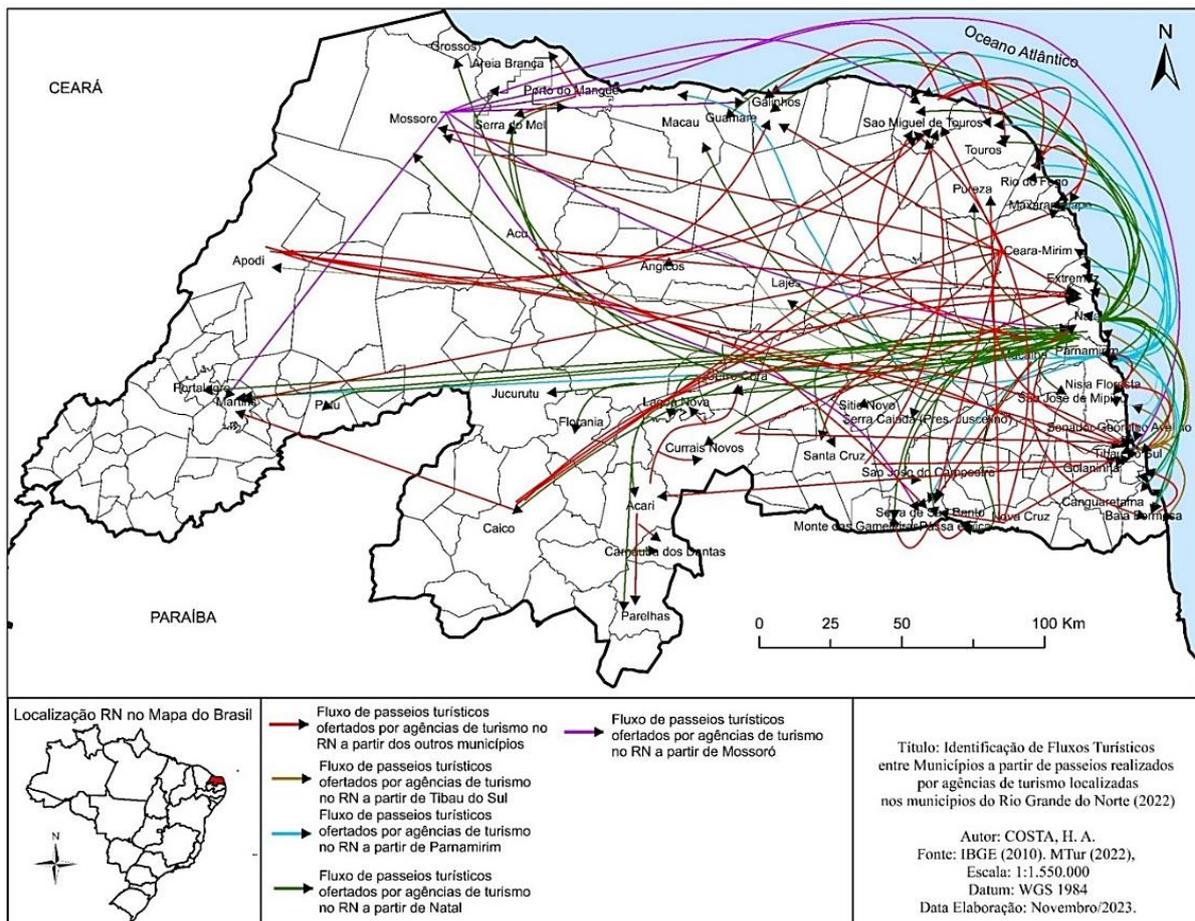
No trecho Oeste há apenas 4 municípios com fluxo turístico: Patu, Apodi, Martins e Portalegre. No centro do Rio Grande do Norte (em uma área conhecida como Seridó), o maior fluxo se relaciona com seu trecho oriental; Caicó, à oeste, é quem tem maior dinamicidade. Lajes e Angicos são 2 municípios fluxos/passeios e ambos estão interligados. Além disso, Santa Cruz tem vínculo com poucos municípios próximos.

No Agreste Potiguar há uma particularidade: seu principal atrativo turístico se localiza na Paraíba e há enorme integração espacial com o estado vizinho; portanto, os municípios de Serra de São Bento, Monte das Gameleiras e Passa & Fica, junto à Araruna/PB, articulam-se de forma regional e interestadual.

O Leste do Rio Grande do Norte tem três centralidades (Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso) e consegue ter uma área contígua, em sua maior parte, embora com alguns buracos e com integração/interação espacial com Galinhos, conforme já mencionado.

Assim sendo, o caráter regional da atividade turística existe no RN. Há fluxos regionais maiores e menores. Isso é normal no fenômeno turístico (Piriou, 2019), uma vez que essa atividade tem diferentes capilaridades regionais, tendo em vista que se estabelece regionalmente de variadas formas.

Figura 12 - Identificação de Fluxos Turísticos entre Municípios a partir de passeios realizados por agências de turismo no Rio Grande do Norte (2022)



Fonte: o autor (2024).

Com essas informações, pode-se quantificar e apreender quais são os municípios efetivamente turísticos no estado potiguar, isto é, verificar quem, de fato, tem fixos e fluxos turísticos. A Figura 13 demonstra, mediante análise das Figuras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11 e 12, quais são os municípios com caráter turístico. A partir da observação da estada de turistas, ACTs e passeios, chega-se a um número de 41 municípios com representatividade turística, isto é, que apresentam elementos espaciais, em especial passeios turísticos. Os municípios identificados como turísticos, a partir da observação da forma-conteúdo do turismo, foram: Acari, Angicos, Apodi, Areia Branca, Arês, Baía Formosa, Caicó, Canguaretama, Carnaúba dos Dantas, Ceará-Mirim, Cerro Corá, Currais Novos, Extremoz, Galinhos, Grossos, Lagoa Nova, Lajes, Macaíba, Macau, Martins, Maxaranguape, Monte das Gameleiras, Mossoró, Natal, Nísia Floresta, Parelhas, Parnamirim, Passa e Fica, Patu, Portalegre, Porto do Mangue, Rio do Fogo, Santa Cruz, São Miguel do Gostoso, Serra Caiada, Serra de São Bento, Serra do Mel, Sítio Novo, Tibau, Tibau do Sul e Touros.

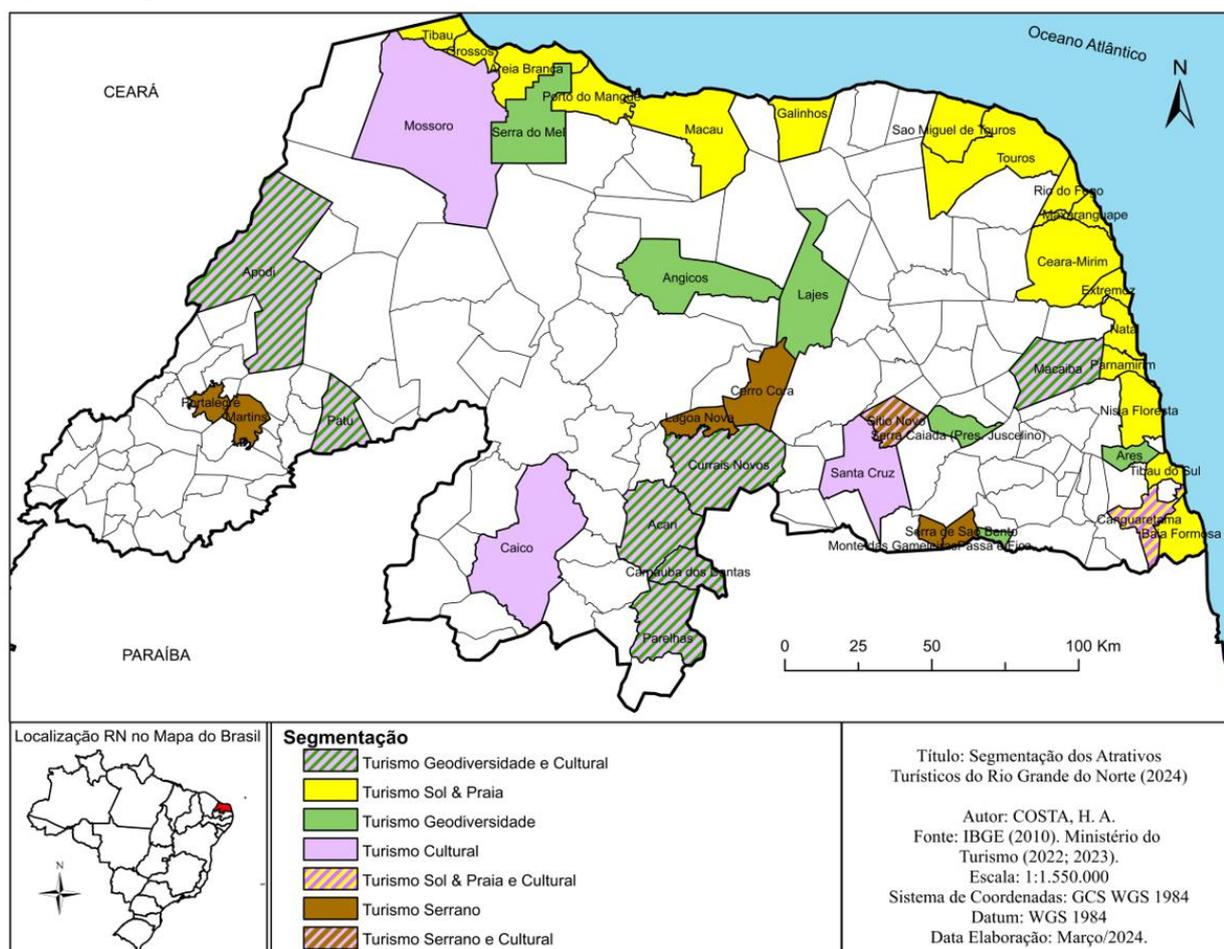
4.6 Os atrativos turísticos

Após identificar os passeios e deslocamentos, outro elemento relevante para a prática turística são os atrativos turísticos. Segundo Costa (2024), os atrativos turísticos configuram a escala do turismo em suas respectivas localidades.

Por exemplo, os municípios no Rio Grande do Norte com maior quantidade de passeios se localizam no litoral (Figuras 11 e 12) e seus principais atrativos correspondem ao segmento Sol & Praia (Figura 13). O turismo delineado nesse segmento consegue angariar turistas nacionais e internacionais graças a sua estrutura. Isso, porém, não significa que todos os locais litorâneos vão ter turistas internacionais, pois a infraestrutura e os fixos influenciam essa estrutura, embora o atrativo permita essa possibilidade.

O turismo interiorano, por sua vez, apresenta as principais segmentações relacionadas aos locais de Serra no interior (com amenidade climática) e aos locais cujas festividades são marcantes (sagradas e/ou profanas), além de sítios e parques (geodiversidade). Em resumo, o turismo no interior potiguar apresenta características culturais e/ou vinculadas à geodiversidade/serras (Figura 13), sendo que alguns municípios combinam os dois elementos, isto é, a cultura e a geodiversidade, ou localidades serranas como definidores de sua atratividade turística. As localidades do interior potiguar recebem fluxos turísticos predominantemente regionais e, em alguns casos, nacionais.

Figura 13 – Segmentação Turística do Rio Grande do Norte (2024)



Fonte: o autor (2024).

Portanto, a interesalaridade do fenômeno turístico se vincula ao tipo de atrativo que está localizado nos distintos lugares. Alguns atrativos geram atração de variadas escalas espaciais e a segmentação desses atrativos, inclusive, contribui para a forma regional do turismo.

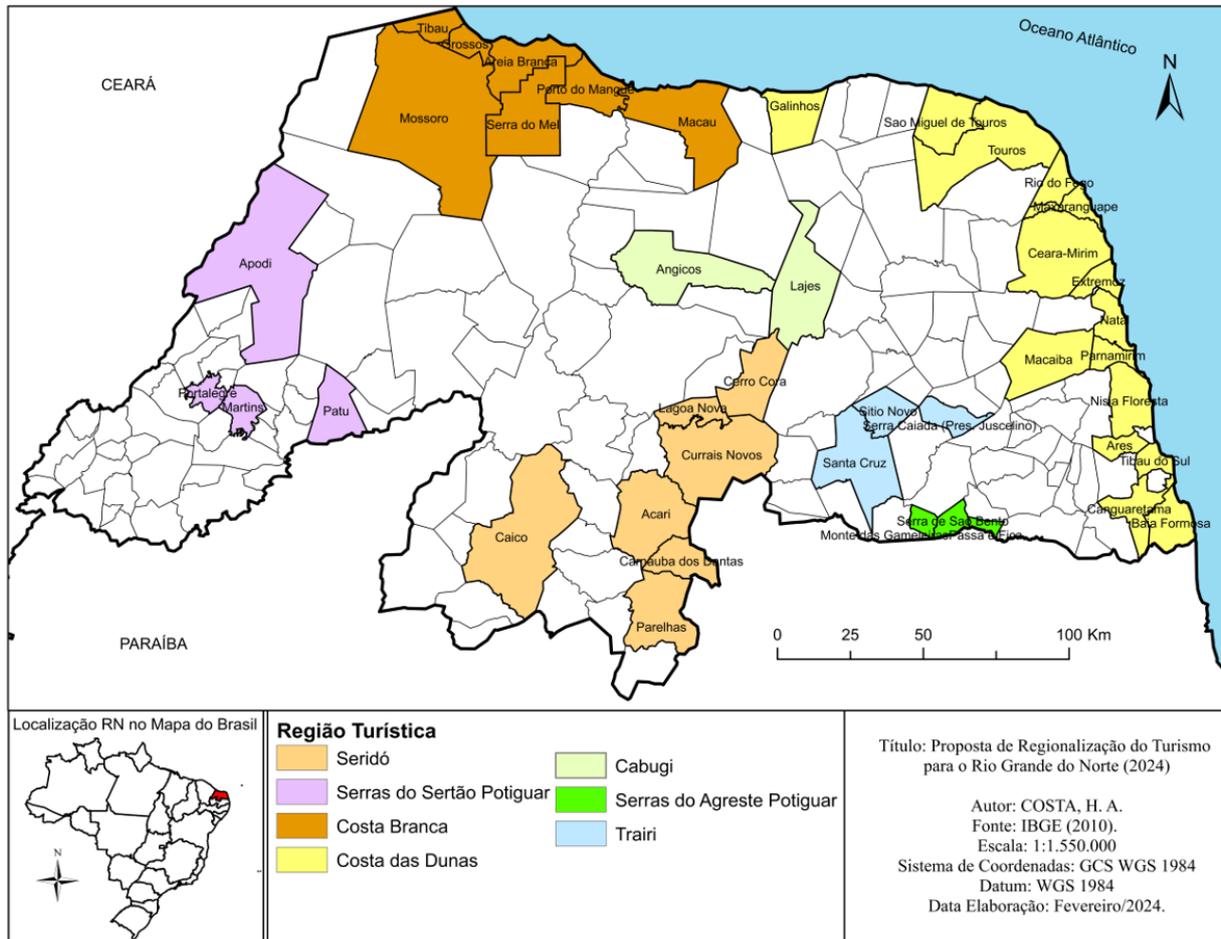
Mediante as informações geradas pelo quadro 3 e com base nos preceitos estabelecidos pelos quadros 1 e 2, e após verificar as figuras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 13, propõe-se uma nova regionalização para o estado potiguar. Estima-se que, na prática, a partir da observação da forma-conteúdo do turismo, há 7 regiões do turismo (quadro

4). Essas regiões se articulam através dos passeios e os próprios atrativos configuram a forma regional, pois, junto aos fixos, fluxos e redes, estruturam o turismo nessas localidades.

Com isso, as regiões representam o melhor ente para entender o turismo e a delimitação dessas regiões (regionalização) deve se basear na integração e interação espacial do fenômeno turístico. É apenas após a observação espacial da atividade turística que se pode regionalizar, atentando-se aos nós, aos fluxos e às redes, isto é, à coesão funcional do turismo.

Os elementos estabelecidos pelos quadros 1 e 2 permitem visualizar a forma-conteúdo e a compreensão das regiões turísticas como lugares turísticos articulados instituem uma nova visão acerca do fenômeno regional turístico. Portanto, propõe-se essa regionalização turística com base nesses novos parâmetros, conforme se observa na Figura 14.

Figura 14 - Proposta de Regionalização do Turismo para o Rio Grande do Norte (2024)



Fonte: o autor (2024).

Quadro 4 - Proposta de Regionalização Turística no RN: regiões e municípios identificados

Nova Região Turística	Municípios Turísticos
Cabugi	Angicos e Lajes.
Costa Branca	Areia Branca, Grossos, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, Serra do Mel e Tibau.
Costa das Dunas	Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Galinhos, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Paranamirim, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul e Touros.
Seridó	Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Parelhas.
Serras do Agreste Potiguar	Monte das Gameleiras, Passa e Fica e Serra de São Bento.
Serras do Sertão Potiguar	Apodi, Martins, Patu e Portalegre.
Trairi	Santa Cruz, Serra Caiada e Sítio Novo.

Fonte: Costa (2024).

Destarte, a regionalização do RN foi proposta por esse trabalho com base nos critérios relacionados à interação e integração espacial (Figura 14). É a partir desses parâmetros que se pode delimitar e propor novas regiões do turismo. Essa proposta alinha a regionalização que esteja mais equânime em relação ao que existe efetivamente. A integração entre os lugares turísticos e as suas interações espaciais permitem observar os fluxos regionais e, com isso, compreender as regiões sob a ótica da coerência funcional – fixos, fluxos, seletividade, centralidades e redes geográficas. Assim, esses parâmetros subsidiam a delimitação das regiões turísticas propostas por essa pesquisa.

De acordo com essa nova proposta, a região Costa das Dunas corresponde ao continuum regional (Piriou, 2019). É, portanto, a região com maior capacidade de atração turística, tem as três maiores centralidades do turismo potiguar e se impõe como uma rede de lugares turísticos articulados de forma coesa. As outras regiões do turismo apresentam menores conexões regionais e se configuram, portanto, como centros regionais (Piriou, 2019).

A região Costa Branca, apesar do produto turístico ser parecido ao da região Costa das Dunas, esbarra nos condicionantes físico-espaciais e é dependente dos períodos em que sua principal centralidade, Mossoró, consegue angariar fluxos turísticos. Mossoró tem uma forte vinculação ao turismo cultural e age como centralidade hospedando e direcionando os fluxos de sua área para o restante da Costa Branca.

A região Serras do Agreste Potiguar é composta por 4 municípios – 3 do Rio Grande do Norte e Araruna, da Paraíba. Os atrativos dessa região turística correspondem às serras, existem festividades relacionadas à amenidade climática e há considerável quantidade de hospedagens ofertadas pelo airbnb. A integração espacial dessa área, porém, ultrapassa os limites regionais e se delimita como uma região interestadual. Portanto, é uma região interestadual, uma vez que se integra com um município da Paraíba e pode ser considerada uma região com grande coesão funcional.

A região Cabugi, por sua vez, é a menor região proposta por este trabalho. É um local de visitação que conta com 2 municípios (Lajes e Angicos) que se conectam através dos passeios realizados no Pico do Cabugi. É uma rota do turismo com forte visitação, em especial a partir de passeios ofertados por Natal e Mossoró, embora praticamente não tenha hospedagens. Optou-se por conceber essa área como uma região em virtude de sua configuração do apelo de fluxos turísticos. Assim, é uma região que existe com certa fragilidade, mas que incorpora os dois parâmetros de delimitação preconizados por essa pesquisa: integração e interação espacial.

A região Seridó é outro destino integrado e com forte interação espacial. Essa região tem nas festividades religiosas (sagrado e profano), bem como no geoparque Seridó os atrativos vinculados ao turismo. O geoparque Seridó, inclusive, vem ganhando notoriedade por ser fomentado pela UNESCO e, com isso, agrega boa visitação nos municípios que o integram. Portanto, a forma-conteúdo dessa região se relaciona com os elementos da cultura e com a própria geodiversidade.

A região turística Serras do Sertão Potiguar tem na amenidade climática (serras) seu principal produto, com centralidade em Martins e Portalegre, além de extensas ofertas de hospedagens em plataformas. É uma área com bastante atratividade turística no contexto potiguar. Percebe-se, por exemplo, ao observar essa região e a região Serras do Agreste Potiguar, que ambas têm grande quantidade de hospedagens no airbnb e baixa oferta de hospedagens tradicionais – pousadas, hotéis e resorts.

Por fim, a região Trairi é a sétima região proposta por esse trabalho. Essa região apresenta diversidade de atrativos (serrano, geodiversidade e cultural), porém os passeios ofertados vinculam essa área como uma região turística coesa. Os três municípios que a compõem (Serra Caiada, Santa Cruz e Sítio Novo) são importantes no contexto potiguar e fazem parte da área comumente chamada como Trairi. Por isso o nome dessa região.

Com isso, essa proposta de regionalização, a partir dessas 7 regiões turísticas, delimita outra perspectiva de entendimento regional, pois é mais próxima em relação ao que existe efetivamente (forma-conteúdo). Assim, congrega os dois elementos basilares da região, segundo M. Santos (2003): norma e forma. Limites regionais próximos em relação ao que existe efetivamente correspondem, portanto, a uma regionalização mais equitativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo elaborar e aplicar uma metodologia de regionalização turística cujos critérios basilares da delimitação fossem a integração e interação espacial dos lugares turísticos com base na coesão funcional do turismo. Estima-se que esses parâmetros possam contribuir com o debate regional do turismo sob uma perspectiva espacial.

Ao desenvolver a metodologia de regionalização, visou-se elencar os principais elementos espaciais do turismo a fim de compreender a forma-conteúdo dessa atividade, quais sejam: presença de turistas; infraestrutura turística (Atividades Características do Turismo); trabalhadores; vias de circulação; passeios turísticos; e atrativos principais e secundários (locais de visitação). Somados a presença de tais elementos, a ideia de região turística como uma rede de lugares turísticos articulados e integrados deve nortear a apreensão das regiões turísticas reais.

Com a observação dos fixos e dos fluxos, a definição dos critérios para delimitar os municípios turísticos e as regiões turísticas pode permitir uma regionalização mais eficaz. E é isso que este estudo pretendeu, pois, ao compreender/mapear o funcionamento da atividade turística, sugere-se elementos basilares para uma regionalização.

A metodologia proposta por este trabalho foi aplicada no Rio Grande do Norte com o intuito de perceber como a atividade turística existe efetivamente. Ou seja, com base na metodologia é proposta uma regionalização para o turismo potiguar alicerçada na forma-conteúdo do turismo, identificando os municípios turísticos (41) e as regiões turísticas (7). A regionalização (norma) mais equânime e condizente com a realidade representa uma importante ferramenta para aperfeiçoar a prática do planejamento e da gestão do turismo.

A metodologia de regionalização deste trabalho pretende oferecer subsídios para a delimitação regional com base nas particularidades da atividade turística nos variados lugares. Essa contribuição, porém, não alucina ser um modelo fechado de regionalização, pois matematizar a realidade normalmente torna a análise mimetizada. Os elementos elencados na proposta de regionalização derivam da análise da forma-conteúdo do turismo. Logo, a metodologia de regionalização consiste em perceber as situações geográficas regionais existentes, para, assim, delimitar as regiões turísticas, podendo, desse modo, ser aplicada em qualquer realidade, afinal os elementos estruturantes do turismo são os mesmos em todas as realidades.

Cabe pontuar que essa proposta está processo contínuo de formulação. Portanto, alguns outros elementos, como a percepção dos sujeitos/moradores dos lugares turísticos e trabalhadores autônomos, serão incluídos em estudos posteriores. Entretanto, estima-se que os elementos supracitados na atual proposta contemplem uma nova perspectiva para o processo de delimitação regional do turismo, pois anseiam, mediante uma perspectiva geográfica, contribuir para a discussão da formulação das regiões do turismo.

REFERÊNCIAS

- Behrens, K., & Thisse, J. F. (2007). Regional economics: A new economic geography perspective. *Regional Science and Urban Economics*, 37, 457–465. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2006.10.001>
- Brasil, Ministério do Turismo. (2019). *Regionalização: Sensibilização e mobilização*. Brasília, DF.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2022). Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor turístico (CADASTUR). Recuperado de https://dados.gov.br/dataset?q=cadastur&organization=ministerio-do-turismo-mtur&sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc. Acesso em: 04 ago. 2022.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2024). *Relatórios do Mapa do Turismo*. Recuperado de <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 03 fev. 2024.
- Costa, H. A. (2024). *A norma e a forma das regiões turísticas no Brasil: proposta teórico-metodológica de regionalização do turismo*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/59809>
- Cruz, R. C. A. (2018). Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. *Confins*, (3). <https://doi.org/10.4000/confins.13707>
- Decoville, A., Durand, F., Sohn, C., & Walther, O. (2010). Spatial integration in European crossborder metropolitan regions: A comparative approach. Working Paper, CEPS/INSTEAD, 40. Recuperado de Working Paper n° 2010-40 (elsevierpure.com). Acesso em: 02 jan. 2024.
- Fonseca, M. A. P. (2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EDUFRN.
- Gomes, P. C. C. (2009). Um lugar para a geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. In F. Mendonça et al. (Eds.), *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico* (pp. 13-30). Curitiba: Demadan.
- Haesbaert, R. (2010). *Regional-global: Dilemas da região e da regionalização da geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Jones, M. (2022). For a 'new new regional geography': Plastic regions and more-than-relational regionality. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 104(1), 43-58. <https://doi.org/10.1080/04353684.2022.2028575>
- Lencioni, S. (2003). *Região e geografia*. São Paulo: Edusp.
- Lencioni, S. (2017). *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Editora Consequência.
- Monbeig, P. (1957). *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Paasi, A. (2020). Regional geography. In *International Encyclopedia of Human Geography* (2nd ed.). Elsevier. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/341878818_Regional_geography. Acesso em: 21 nov. 2023.
- Piriou, J. (2019). *The tourist region: A co-construction of tourism stakeholders*. London: ISTE.
- Ribeiro, A. C. T. (2015). Regionalização: Fato e ferramenta. In E. Limonad et al. (Eds.), *Brasil século XXI: Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas* (pp. 194-212). Rio de Janeiro: Letra Capital Editora.
- Ribeiro, L. C. D. S., Santos, M. M. C. D., & Santos, F. R. D. (2021). Avaliação das atividades características do turismo no Brasil: 2012-2020. *Turismo: Visão e Ação*, 23, 557-578. <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v23n3.p557-578>
- Sánchez, J. E. (1991). *Espacio, economia y sociedad*. Madri: Siglo Veintiuno Editores.
- Santos, J. C. V. (2012). Partes geográficas de uma região turística: Abordagens preliminares. In A. P. Portguez, G. Seabra, & Odaléia Telles (Eds.), *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local* (pp. 93-103). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Santos, J. C. V. (2013). *Região e destino turístico: Sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. São Paulo: All Print Editora.
- Santos, M. (2003). Região: Globalização e identidade. In L. C. Lima (Ed.), *Conhecimento e reconhecimento: Uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo* (pp. 53-64). Fortaleza: Eduece/LCR.
- Santos, M. (2011). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2012a). *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2012b). *Espaço e método*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2013). *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Edusp.
- Sírio. (2021). Sistema de informações turísticas do Rio Grande do Norte. *Pesquisa de perfil e demanda turística Rio Grande do Norte - Alta estação 2020 x 2021*. Recuperado de <https://sirio.tur.br/relatorio-alta-estacao-2020-2021/>. Acesso em: 12 out. 2022.

Informações dos autores

Hugo Aureliano da Costa

Doutor, Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Contribuições: concepção da pesquisa, revisão de literatura, coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados.

Email: Aureliano.hugo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4607-1587>